

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Em seu caderno de provas, caso haja opção constituída pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

PROVA OBJETIVA

Texto 1A1AAA

Após o processo de redemocratização, com o fim da ditadura militar, em meados da década de 80 do século passado, era de se esperar que a democratização das instituições tivesse como resultado direto a consolidação da cidadania — compreendida de modo amplo, abrangendo as três categorias de direitos: civis, políticos e sociais. Sobressaem, porém, problemas que configuram mais desafios para a cidadania brasileira, como a violência urbana — que ameaça os direitos individuais — e o desemprego — que ameaça os direitos sociais.

No Brasil, o crime aumentou significativamente a partir de 1980, impacto do processo de modernização pelo qual o país passou. Isso sugere que o *boom* do consumo colocou em circulação bens de alto valor e, conseqüentemente, aumentou as oportunidades para o crime, inclusive porque a maior mobilidade de pessoas torna o espaço social mais anônimo, menos supervisionado.

Nesse contexto, justiça criminal passa a ser cada vez mais dissociada de justiça social e reconstrução da sociedade. O objetivo em relação à criminalidade torna-se bem menos ambicioso: o controle. A prisão ganha mais importância na modernidade tardia, porque satisfaz uma dupla necessidade dessa nova cultura: castigo e controle do risco. Essa postura às vezes proporciona controle, porém não segurança, pois o Estado tem o poder limitado de manter a ordem por meio da polícia, sendo necessário dividir as tarefas de controle com organizações locais e com a comunidade.

Jacqueline Carvalho da Silva. **Manutenção da ordem pública e garantia dos direitos individuais: os desafios da polícia em sociedades democráticas.** In: *Revista Brasileira de Segurança Pública*. São Paulo, ano 5, 8.ª ed., fev. – mar./2011, p. 84-5 (com adaptações).

QUESTÃO 1

De acordo com o texto 1A1AAA, a restauração da democracia no Brasil evidenciou

- Ⓐ a diminuição do controle social decorrente do aumento da mobilidade de pessoas.
- Ⓑ o crescimento da produção de bens de alto valor decorrente do aumento do poder de consumo.
- Ⓒ a existência de problemas sociais que dificultam a consolidação da cidadania.
- Ⓓ a modernidade do mercado interno e das instituições públicas brasileiras.
- Ⓔ o medo nas metrópoles provocado pelo aumento da violência urbana e do desemprego.

QUESTÃO 2

No primeiro parágrafo do texto 1A1AAA, os dois-pontos introduzem

- Ⓐ uma enumeração das “categorias de direitos”.
- Ⓑ resultados da “consolidação da cidadania”.
- Ⓒ um contra-argumento para a ideia de cidadania como algo “amplo”.
- Ⓓ uma generalização do termo “direitos”.
- Ⓔ objetivos do “processo de redemocratização”.

QUESTÃO 3

O texto 1A1AAA aponta explicitamente como aspecto que impactou no aumento da criminalidade a partir de 1980

- Ⓐ o desemprego.
- Ⓑ a falta de punição pela justiça criminal.
- Ⓒ a circulação de bens de alto valor.
- Ⓓ a democratização das instituições.
- Ⓔ o aumento de prisões.

QUESTÃO 4

No final do segundo parágrafo do texto 1A1AAA, em relação ao termo “mais anônimo”, o termo “menos supervisionado” introduz uma

- Ⓐ oposição.
- Ⓑ retificação.
- Ⓒ condição.
- Ⓓ finalidade.
- Ⓔ explicação.

QUESTÃO 5

No último parágrafo do texto 1A1AAA, a forma verbal “satisfaz” foi empregada no sentido de

- Ⓐ suprimir.
- Ⓑ cumprir.
- Ⓒ reparar.
- Ⓓ violar.
- Ⓔ agradar.

QUESTÃO 6

A partir das ideias do texto 1A1AAA, considere as asserções apresentadas a seguir.

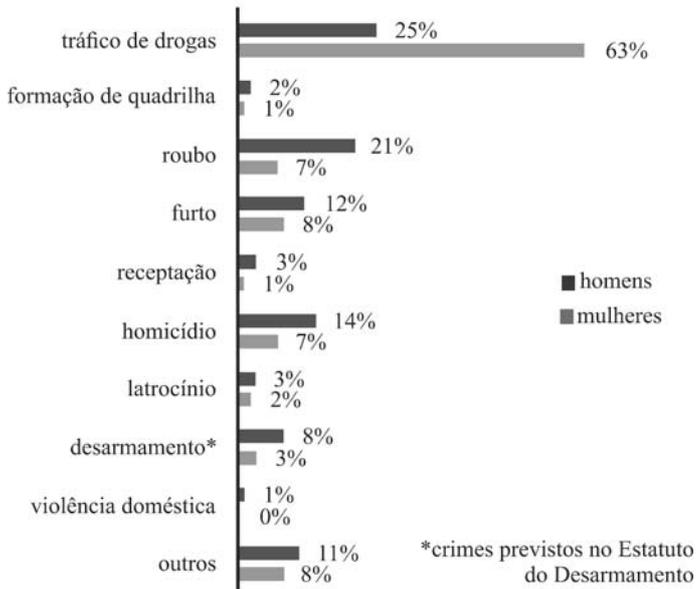
- I Na modernidade tardia no Brasil, a justiça criminal é amplamente entendida como penalização do criminoso mediante a privação da sua liberdade.
- II A sociedade tem priorizado o castigo e o controle do risco em detrimento da justiça social e de um projeto de reconstrução da sociedade.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- Ⓑ A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- Ⓒ A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- Ⓓ As asserções I e II são proposições falsas.
- Ⓔ As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.

Texto 1A1BBB

Distribuição, por gênero, de crimes tentados/consumados entre os registros das pessoas privadas de liberdade



Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento nacional de informações penitenciárias – INFOPEN – jun./2014, p. 70. Internet: <www.justica.gov.br> (com adaptações).

QUESTÃO 7

Quanto à tipologia textual, o texto 1A1BBB classifica-se como

- A narrativo, porque expõe as ações (crimes tentados/consumados) e suas personagens (homens e mulheres privados de liberdade).
- B prescritivo, porque determina os índices de homens e mulheres presos atualmente no Brasil.
- C argumentativo, porque defende que os índices de homens e mulheres privados de liberdade são, em geral, semelhantes.
- D descritivo, porque enumera o quantitativo de homens e mulheres brasileiros que cumprem pena em regime fechado.
- E informativo, porque apresenta os índices de homens e mulheres presos conforme o crime pelo qual respondem.

QUESTÃO 8

A partir das informações contidas no texto 1A1BBB, julgue os seguintes itens.

- I A categoria “homicídios” não abrange pessoas condenadas por tentativa de homicídio; essas estão incluídas na categoria “outros”.
- II Conclui-se dos dados que mulheres não praticam violência doméstica.
- III Conforme os dados, a maior parte da população carcerária brasileira responde por crime relacionado ao tráfico de drogas.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 9

Um arquivo nomeado `arquivo.txt`, que se encontra dentro do diretório `/home/usuario/janeiro`, está gravado em um computador, cujo sistema operacional é o Linux. Nessa situação, para alterar o nome do subdiretório de `janeiro` para `outubro`, o usuário poderá executar

- I o comando `mv /home/usuario/janeiro/home/usuario/outubro`, o que não muda o nome do arquivo.
- II o comando `df /home/usuario/janeiro to /home/usuario/outubro`, o que muda o nome do arquivo para `copy of arquivo.doc`.
- III o comando `chmod /home/usuario/janeiro for /home/usuario/outubro`, o que muda o nome do arquivo para `arquivo.doc.1`.
- IV a seguinte sequência de comandos:
`copy /home/usuario/janeiro/home/usuario/outubro`
e, em seguida, o comando `rmdir /home/usuario/janeiro`, o que não muda o nome do arquivo.

Estão certos apenas os itens

- A I e III.
- B I e IV.
- C II e III.
- D I, II e IV.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 10

Determinado usuário, que dispõe de um arquivo Excel com as planilhas `Plan1`, `Plan2` e `Plan3`, deseja realizar, na `Plan1`, um cálculo na célula `A1`, cujo resultado deve ser a soma dos valores presentes na célula `A1`, da `Plan2`, e na célula `A1`, da `Plan3`. O usuário

- A poderá realizar o cálculo desejado com a digitação da fórmula `=Soma(Plan2.A1, Plan3.A1)` na célula `A1` da `Plan1`. Caso os valores na célula `A1` da `Plan2` e(ou) na célula `A1` da `Plan3` sejam alterados, será atualizado o valor na célula `A1` da `Plan1`.
- B poderá realizar o cálculo desejado com a digitação da fórmula `=Plan2!A1+Plan3!A1` na célula `A1` da `Plan1`. Caso os valores na célula `A1` da `Plan2` e(ou) na célula `A1` da `Plan3` sejam alterados, será atualizado o valor na célula `A1` da `Plan1`.
- C poderá realizar o cálculo desejado com a digitação da fórmula `=A1(Plan2)+A1(Plan3)` na célula `A1` da `Plan1`. Caso os valores na célula `A1` da `Plan2` e(ou) na célula `A1` da `Plan3` sejam alterados, o valor na célula `A1` da `Plan1` será atualizado.
- D não poderá realizar o cálculo desejado, já que, por questão de segurança, é vedada a referência entre planilhas. Ademais, no Excel, alterações de valores em células de origem não permitem que os valores sejam atualizados na célula que contém a fórmula.
- E não poderá realizar o cálculo desejado, uma vez que, no Excel, é vedado o uso de endereços de outras planilhas em fórmulas. Para solucionar o problema, o usuário deverá copiar os dados das planilhas `Plan2` e `Plan3` para a planilha `Plan1` e, em seguida, realizar o cálculo.

QUESTÃO 11

Praga virtual que informa, por meio de mensagem, que o usuário está impossibilitado de acessar arquivos de determinado equipamento porque tais arquivos foram criptografados e somente poderão ser recuperados mediante pagamento de resgate denomina-se

- A** *ransomware.*
- B** *trojan.*
- C** *spyware.*
- D** *backdoor.*
- E** *vírus.*

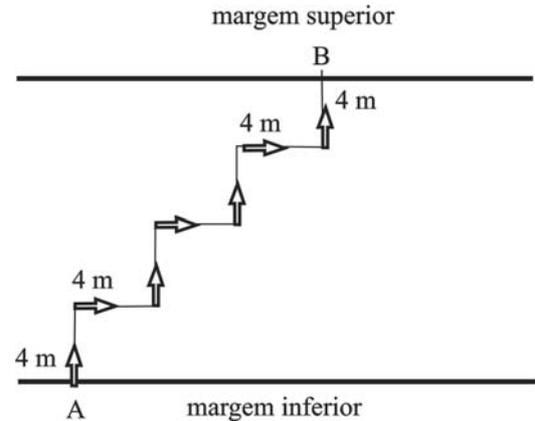
QUESTÃO 12

Assinale a opção que corresponde a uma negativa da seguinte proposição: “Se nas cidades medievais não havia lugares próprios para o teatro e as apresentações eram realizadas em igrejas e castelos, então a maior parte da população não era excluída dos espetáculos teatrais”.

- A** Nas cidades medievais havia lugares próprios para o teatro ou as apresentações eram realizadas em igrejas e castelos e a maior parte da população era excluída dos espetáculos teatrais.
- B** Se a maior parte da população das cidades medievais era excluída dos espetáculos teatrais, então havia lugares próprios para o teatro e as apresentações eram realizadas em igrejas e castelos.
- C** Se nas cidades medievais havia lugares próprios para o teatro e as apresentações não eram realizadas em igrejas e castelos, então a maior parte da população era excluída dos espetáculos teatrais.
- D** Se nas cidades medievais havia lugares próprios para o teatro ou as apresentações eram realizadas em igrejas e castelos, então a maior parte da população era excluída dos espetáculos teatrais.
- E** Nas cidades medievais não havia lugares próprios para o teatro, as apresentações eram realizadas em igrejas e castelos e a maior parte da população era excluída dos espetáculos teatrais.

QUESTÃO 13

A figura a seguir mostra o esquema utilizado por um indivíduo na travessia de um rio — de margens paralelas e com forte correnteza —, saindo do ponto A, na margem inferior, e indo ao ponto B, na margem superior.



Ele nadava por 4 m na direção perpendicular às margens e, enquanto descansava, a correnteza o levava por 4 m rio abaixo na direção paralela às margens. Fez esse esquema por três vezes e, na quarta vez que nadou perpendicularmente às margens, ele atingiu a margem superior, no ponto B.

Nessa situação, a distância do ponto A ao ponto B é igual a

- A** 12 m.
- B** 16 m.
- C** 20 m.
- D** 28 m.
- E** 32 m.

QUESTÃO 14

A partir das proposições simples P: “Sandra foi passear no centro comercial Bom Preço”, Q: “As lojas do centro comercial Bom Preço estavam realizando liquidação” e R: “Sandra comprou roupas nas lojas do Bom Preço” é possível formar a proposição composta S: “Se Sandra foi passear no centro comercial Bom Preço e se as lojas desse centro estavam realizando liquidação, então Sandra comprou roupas nas lojas do Bom Preço ou Sandra foi passear no centro comercial Bom Preço”. Considerando todas as possibilidades de as proposições P, Q e R serem verdadeiras (V) ou falsas (F), é possível construir a tabela-verdade da proposição S, que está iniciada na tabela mostrada a seguir.

| P | Q | R | | | S |
|---|---|---|--|--|---|
| V | V | V | | | |
| V | V | F | | | |
| V | F | V | | | |
| V | F | F | | | |
| F | V | V | | | |
| F | V | F | | | |
| F | F | V | | | |
| F | F | F | | | |

Completando a tabela, se necessário, assinale a opção que mostra, na ordem em que aparecem, os valores lógicos na coluna correspondente à proposição S, de cima para baixo.

- A** V / V / F / F / F / F / F / F
- B** V / V / F / V / V / F / F / V
- C** V / V / F / V / F / F / F / V
- D** V / V / V / V / V / V / V / V
- E** V / V / V / F / V / V / V / F

QUESTÃO 15

De uma urna que continha 20 bolas idênticas, identificadas por números de 1 a 20, foi extraída aleatoriamente uma bola. Esse evento define o espaço amostral $\Omega = \{1, 2, 3, \dots, 20\}$.

Considere os seguintes eventos:

A = {a bola retirada da urna é identificada por um número múltiplo de 4};

B = {a bola retirada da urna é identificada por um número múltiplo de 5}.

A partir das probabilidades P(A), P(B) e P(AUB) — que são, respectivamente, as probabilidades de os eventos A, B e AUB ocorrerem —, considere o argumento formado pelas premissas P₁ e P₂ e pela conclusão C, em que

P₁: Se $P(A) = \frac{1}{4}$ e $P(B) = \frac{1}{5}$, então $P(A \cup B) = \frac{9}{20}$;

P₂: $P(A \cup B) \neq \frac{9}{20}$ e C: $P(A) \neq \frac{1}{4}$ ou $P(B) \neq \frac{1}{5}$.

Com base nessas informações, assinale a opção correta.

- A** A premissa P₁ é uma proposição verdadeira, e a conclusão C é uma proposição falsa.
- B** A premissa P₂ e a conclusão C são proposições verdadeiras.
- C** A conclusão C é falsa, mas o argumento é válido.
- D** A premissa P₁ é falsa e o argumento não é válido.
- E** A premissa P₁ e a conclusão C são proposições verdadeiras e o argumento é válido.

QUESTÃO 16

Assinale a opção que apresenta o ato administrativo mediante o qual a administração pública faculta, de forma unilateral e vinculada, a um cidadão exercer determinada atividade para a qual preencha os requisitos legais.

- A** homologação
- B** autorização
- C** permissão
- D** licença
- E** aprovação

QUESTÃO 17

Ato administrativo não vinculado de competência exclusiva do governador de estado que venha a ser publicado pelo secretário desse estado será considerado

- A** sanável, a depender do motivo do ato.
- B** insanável, se houver vício de forma.
- C** insanável, independentemente do objeto.
- D** sanável, por se tratar de vício de competência exclusiva.
- E** sanável, independentemente da finalidade do ato.

QUESTÃO 18

Agente de segurança penitenciário que cause prejuízo a terceiros por exercer irregularmente suas atribuições será responsabilizado na esfera

- A** civil, salvo se o prejuízo for decorrente de ato culposo.
- B** administrativa, ainda que o prejuízo seja decorrente de ato omissivo.
- C** administrativa, desde que também haja prejuízo à respectiva fazenda estadual.
- D** civil, desde que também haja prejuízo à fazenda estadual.
- E** administrativa, salvo se o dano for ressarcido.

QUESTÃO 19

Com relação ao poder de polícia, julgue os itens a seguir.

- I A coercibilidade caracteriza-se pela possibilidade de a administração pública executar decisões pelos próprios meios, sem recorrer previamente ao Poder Judiciário.
- II A autoexecutoriedade caracteriza-se pela obrigação de os administrados observarem os comandos emitidos por atos de polícia.
- III Denomina-se originário o poder de polícia que abrange leis e atos administrativos provenientes de pessoas políticas da Federação.
- IV O poder de polícia é discricionário, mas limitado por lei.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e III.
- D** II e IV.
- E** III e IV.

QUESTÃO 20

Secretário de justiça e direitos humanos de determinado estado da Federação que publicar uma portaria e, na semana seguinte, revogá-la, em nova publicação, terá praticado ato revogatório com base no princípio da

- A** indisponibilidade.
- B** moralidade.
- C** autotutela.
- D** eficiência.
- E** supremacia do interesse público.

QUESTÃO 21

A respeito da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens que se seguem.

- I A responsabilidade objetiva do Estado está prevista na Constituição Federal de 1988.
- II Caso o Estado não repare administrativamente o dano causado a terceiro, o prejudicado terá o direito de propor ação de indenização.
- III A culpa da vítima e a culpa de terceiros são causas atenuantes da responsabilidade civil do Estado.
- IV A culpa concorrente da vítima é causa excludente da responsabilidade civil do Estado.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e IV.
- D** III e IV.
- E** II, III e IV.

QUESTÃO 22

É permitida aos governos estaduais a delegação da prestação de serviço público por

- A** permissão, mediante licitação, sendo vedada, nesse caso, a delegação a pessoa física.
- B** concessão, sem licitação, sendo vedada, nesse caso, a delegação a pessoa física.
- C** permissão, sem licitação, a título precário, a pessoa física.
- D** permissão, sem licitação, a título precário, a pessoa jurídica.
- E** concessão, mediante licitação, a pessoa jurídica.

QUESTÃO 23

Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tenha sido instituída por iniciativa de particulares e que receba delegação do Poder Público mediante contrato de gestão para desempenhar serviço público de natureza social denomina-se

- A** organização social.
- B** entidade de apoio.
- C** empresa pública.
- D** organização da sociedade civil de interesse público.
- E** serviço social autônomo.

QUESTÃO 24

João, Pedro e Lucas são servidores públicos estaduais. No exercício de suas atribuições, João facilitou o enriquecimento ilícito de terceiro, Pedro indevidamente deixou de praticar ato de ofício e Lucas recebeu vantagem econômica para intermediar a liberação de verba pública. Os três servidores agiram culposamente.

De acordo com a Lei n.º 8.429/1992, nessa situação hipotética foi praticado ato de improbidade administrativa somente por

- A** Pedro.
- B** João.
- C** João e Lucas.
- D** Pedro e Lucas.
- E** Lucas.

QUESTÃO 25

A Constituição Federal de 1988 dispõe que os princípios fundamentais do Estado brasileiro são

- A** a Federação, a República, o Estado de direito e a democracia.
- B** o Estado unitário, o presidencialismo, o Estado de direito e a democracia.
- C** a Federação, a República, o parlamentarismo e a democracia.
- D** a Federação, a República, o presidencialismo e a democracia.
- E** o Estado unitário, a República, o Estado de direito e a democracia.

QUESTÃO 26

Quanto à aplicabilidade, as normas programáticas

- A** contêm todos os elementos imprescindíveis para permitir a produção imediata dos efeitos previstos.
- B** produzem, ou têm possibilidade de produzir, desde a entrada em vigor da Constituição, todos os efeitos essenciais que o constituinte tenha desejado regular.
- C** definem objetivos cuja materialização depende de providências situadas além do texto constitucional, não possuindo, portanto, aplicabilidade imediata.
- D** regulam suficientemente os interesses relativos a determinada matéria, mas permitem a atuação restritiva do poder público nos termos que a lei estabelecer.
- E** apresentam aplicabilidade indireta, mediata e reduzida, porque somente incidem totalmente após uma normatividade posterior que lhes confira a aplicabilidade.

QUESTÃO 27

Com relação aos direitos e às garantias fundamentais, julgue os itens a seguir.

- I O direito individual fundamental à vida possui duplo aspecto: sob o prisma biológico, traduz o direito à integridade física e psíquica; em sentido mais amplo, significa o direito a condições materiais e espirituais mínimas necessárias a uma existência condigna à natureza humana.
- II O princípio da igualdade veda ao legislador prestar tratamento diferenciado a pessoas em virtude do gênero ou da idade.
- III O anonimato é constitucionalmente protegido, em razão da garantia de liberdade de expressão e da livre manifestação do pensamento.
- IV A garantia de inviolabilidade de domicílio abrange tanto a residência do indivíduo quanto qualquer compartimento privado não aberto ao público onde ele exerça profissão ou atividade, tais como escritórios e consultórios profissionais.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** I e IV.
- D** II e III.
- E** II, III e IV.

QUESTÃO 28

Ao Conselho Nacional de Justiça compete

- A** o julgamento de ministros do Supremo Tribunal Federal que cometam crime de responsabilidade.
- B** o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, salvo o da atuação do Supremo Tribunal Federal.
- C** o reexame de decisões judiciais relativas a crimes de improbidade administrativa.
- D** a elaboração do regimento interno dos tribunais estaduais.
- E** a regulamentação dos cursos oficiais para ingresso na carreira de magistrado.

QUESTÃO 29

Com relação à organização político-administrativa do Estado, julgue os itens subsecutivos.

- I É atribuição exclusiva da União representar a República Federativa do Brasil nas relações internacionais.
- II Os estados-membros são entes autônomos, de modo que têm capacidade de autogoverno, autoadministração, autolegislação e auto-organização.
- III A autonomia dos municípios não lhes confere capacidade de autoadministração e de autolegislação.
- IV O Poder Legislativo estadual é bicameral, formado por mais de uma assembleia legislativa composta de deputados eleitos para mandatos de quatro anos.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e IV.
- D** III e IV.
- E** I, II, III e IV.

QUESTÃO 30

A respeito do Ministério Público, julgue as asserções que se seguem.

- I É garantida aos membros do Ministério Público a irredutibilidade de subsídios, de modo a se evitar a redução nominal da remuneração.
- II É permitido que promotor de justiça receba honorários de sucumbência e custas processuais nos processos em que o Ministério Público for o vencedor na demanda.

Assinale a opção correta, a respeito das asserções I e II.

- A** As asserções I e II são erradas.
- B** As asserções I e II são certas, e a II é uma justificativa da I.
- C** As asserções I e II são certas, mas a II não é uma justificativa da I.
- D** A asserção I é certa, e a II é errada.
- E** A asserção I é errada, e a II é certa.

QUESTÃO 31

É dispensável licença, autorização ou referendo do Congresso Nacional para que o presidente da República

- A** sancione e promulgue leis.
- B** fique ausente do país por mais de quinze dias.
- C** firme tratados ou convenções internacionais.
- D** declare guerra, caso haja agressão estrangeira.
- E** celebre a paz.

QUESTÃO 32

É permitida a edição de medida provisória que verse sobre

- A** retenção de bens de poupança ou de ativo financeiro.
- B** organização do Poder Judiciário e do Ministério Público.
- C** direitos políticos e partidos políticos.
- D** instituição e majoração de impostos.
- E** nacionalidade, cidadania e direito eleitoral.

QUESTÃO 33

Os membros da defensoria pública não se vinculam aos processos em que atuam, podendo ser substituídos uns pelos outros, de acordo com as regras legais, sem nenhum prejuízo para o processo.

Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino. *Direito constitucional descomplicado*. 16.ª ed. São Paulo: Forense, 2017.

O princípio institucional da defensoria pública abordado no texto é o princípio da

- A** independência funcional.
- B** autonomia administrativa.
- C** inamovibilidade.
- D** indivisibilidade.
- E** unidade.

QUESTÃO 34

Entre janeiro e agosto de 2012, três amigos, unidos de modo estável e permanente, com o propósito comum de praticar crimes, assaltaram cinco residências em ocasiões diversas. Os três agiram sempre na mesma região e de igual forma: a vítima era abordada na garagem, ao chegar a casa, depois das 18 horas, e ameaçada com revólveres; em seguida, eles entravam na casa, amarravam, amordaçavam e trancavam as pessoas presentes em um cômodo; feito isso, recolhiam as coisas de valor e fugiam no carro da família.

Nessa situação hipotética, os agentes devem ser punidos por

- A** roubo e constrangimento ilegal.
- B** roubo e ameaça.
- C** roubo e sequestro.
- D** roubo circunstanciado.
- E** roubo e violação de domicílio.

QUESTÃO 35

Um indivíduo, sem antecedentes criminais, pagou, com cheque personalizado em nome de terceiro, mercadorias, no valor de R\$ 2.300, compradas em determinado supermercado. Para tanto, apresentou cédula de identidade falsificada com sua fotografia, tendo induzido em erro a pessoa responsável pelo caixa do supermercado. Consumada a ação, tal indivíduo, arrependido, rasgou e destruiu o talão de cheques e a identidade falsificada, inutilizando-os definitivamente.

Nessa situação hipotética, o juiz responsável pelo julgamento do referido indivíduo deveria

- A** condená-lo por falsificação e uso de documento público em concurso material com estelionato.
- B** condená-lo por falsificação e uso de documento público mais estelionato, em continuidade delitiva.
- C** condená-lo apenas pelo estelionato, aplicando a consunção em relação ao crime de falsificação.
- D** absolvê-lo por atipicidade de conduta, aplicando o princípio da insignificância.
- E** absolvê-lo, com reconhecimento do arrependimento posterior.

QUESTÃO 36

Um indivíduo, sem antecedentes criminais, que, consertando e vendendo telefones celulares novos e usados, exercia comércio clandestino no quintal de casa, expôs à venda, em certa ocasião, um celular roubado avaliado em R\$ 3.000. Ao ser indagado sobre a procedência do bem, o comerciante alegou que o comprara de um desconhecido, sem recibo ou nota fiscal. Embora não tenha ficado esclarecido como o celular chegara às suas mãos ou quem o subtraíra, é inquestionável a procedência criminosa, já que a vítima, quando do roubo, havia registrado na delegacia a ocorrência do fato, o qual fora confirmado por testemunhas oculares.

Nessa situação hipotética, tal indivíduo responderá pela prática de crime de receptação

- A** preterdolosa, por ter agido com dolo na conduta e culpa no resultado.
- B** qualificada, mesmo que a autoria do crime anterior não seja apurada, por tratar-se de crime parasitário ou acessório.
- C** culposa, já que agiu com imprudência ao comprar produtos sem exigir recibo ou nota fiscal.
- D** simples, porque não explorava comércio regular.
- E** dolosa com forma privilegiada, por ser primário e ter bons antecedentes.

QUESTÃO 37

À saída de determinada festa, um rapaz franzino, denotando embriaguez, fez um gracejo a uma mulher que transitava pelo local com o namorado. O namorado, musculoso e igualmente em embriaguez voluntária, quebrou uma garrafa que tinha na mão e, furioso, golpeou o rapaz no tórax, causando-lhe lesão hemorrágica. Mesmo podendo aplicar outros golpes no rapaz, o agressor preferiu largar a garrafa quebrada e afastar-se rapidamente do local. Outras pessoas conduziram o ferido ao hospital, o qual sobreviveu sem sequelas, embora o laudo médico tenha atestado que ele havia corrido risco de morte.

Nessa situação hipotética, configura-se

- A** tentativa de homicídio qualificado por motivo fútil.
- B** hipótese de imputabilidade decorrente de embriaguez.
- C** crime preterdoloso: o agente quis lesionar, mas o resultado foi além do esperado.
- D** hipótese de desistência voluntária.
- E** legítima defesa de terceiro: o namorado agiu em defesa de sua companheira.

QUESTÃO 38

Um indivíduo negro, síndico do edifício onde morava, ao flagrar um morador na piscina do bloco com um recipiente de isopor cheio de bebidas alcoólicas — atitude que afronta a norma regimental proibitiva do condomínio —, recriminou-o, dizendo simplesmente: “– você não pode fazer isso!”. Enfurecido, o morador retrucou a admoestação, proferindo ofensas relativas à raça e à cor do síndico, com a seguinte frase: “– Negro safado e fedido, volte para a África, que é seu lugar!”. A ofensa foi proferida em voz alta, na presença de vários condôminos que usufruíam da área de lazer.

Nessa situação, a conduta do morador configura hipótese de

- A** injúria qualificada por conotação racial.
- B** crime contra a honra sujeito a ação penal pública incondicionada.
- C** crime contra a honra sujeito à exceção da verdade.
- D** difamação, razão por que ele estará isento de pena caso se retrate antes de proferida a sentença.
- E** retorsão imediata, razão por que ele não poderá ser punido.

QUESTÃO 39

Maria, que trabalhava havia anos em serviço terceirizado de limpeza, aproveitando-se de que o delegado-chefe da delegacia de polícia de Recife, onde trabalhava à época, estava ausente, entrou em sua sala e subtraiu para si um telefone celular que estava sobre a mesa. O delegado tinha total confiança em Maria, tanto que muitas vezes deixava bens públicos e privados sob seus cuidados. O bem subtraído foi avaliado em R\$ 3.000.

Nessa situação hipotética, Maria responderá por

- A** furto qualificado por abuso de confiança.
- B** furto privilegiado.
- C** peculato.
- D** apropriação indébita.
- E** extravio.

QUESTÃO 40

Antônio, junto com comparsa, abordou dois rapazes que caminhavam na rua e os ameaçou com um revólver de brinquedo, subtraindo do primeiro R\$ 20 e do segundo um isqueiro no valor de R\$ 8. Notificados da ocorrência, os componentes de uma guarnição da Polícia Militar de Pernambuco, ao final de rápida diligência, os localizaram e prenderam em situação de flagrância, já que estavam na posse da *res furtiva*. Durante a lavratura do flagrante, Antônio identificou-se com nome fictício, para esconder seus antecedentes criminais, não tendo exibido documento de identidade.

Nessa situação hipotética, Antônio responderá pela prática de

- A** roubos em concurso formal mais falsidade ideológica.
- B** roubo impróprio.
- C** roubos em concurso formal mais falsa identidade em concurso material.
- D** roubo com majorante de uso de arma.
- E** roubo continuado.

QUESTÃO 41

No que se refere aos crimes contra a fé pública e outras falsidades, julgue os itens a seguir.

- I Os crimes contra a fé pública são crimes materiais, exigindo a produção de um resultado danoso à sociedade.
- II Dada a relevância do objeto jurídico tutelado, não se admite o princípio da insignificância nos crimes contra a fé pública.
- III Atribuir-se nome falso com o propósito de praticar estelionato implica o concurso material entre dois crimes.
- IV Alterar a numeração da placa de veículo com fita adesiva preta, embora seja falsificação grosseira, configura adulteração de sinal identificador de veículo.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e III.
- D** II e IV.
- E** III e IV.

QUESTÃO 42

No que diz respeito a concurso de pessoas, assinale a opção correta de acordo com a doutrina e a jurisprudência dos tribunais superiores.

- A** A cooperação dolosamente distinta não permite a aplicação diferenciada de penas para aqueles que participam do crime.
- B** Só o servidor público pratica peculato, não podendo responder pelo crime o partícipe que não tenha a mesma condição pessoal.
- C** É absolutamente impossível o concurso de pessoas nos crimes culposos.
- D** Na sentença condenatória, o juiz deve sempre aplicar penas iguais para o autor, o coautor e o partícipe.
- E** O crime de rixa, por ser plurissubjetivo, só se realiza com a participação de três ou mais pessoas.

QUESTÃO 43

De acordo com a Lei n.º 9.296/1996, a interceptação de comunicações telefônicas como meio de prova em investigação criminal deve ser

- A admitida em inquéritos instaurados para a apuração de crimes punidos com pena de detenção ou reclusão.
- B deferida de ofício por autoridade policial, independentemente de autorização judicial.
- C deferida por autoridade judicial e conduzida por autoridade policial, que deverá dar ciência ao Ministério Público, para que este acompanhe as diligências.
- D registrada nos próprios autos do inquérito, resguardando-se sigilo quanto aos investigados.
- E executada por técnicos especializados das concessionárias de serviço público de telefonia, conforme determinar a autoridade policial.

QUESTÃO 44

Cessar o estado de flagrância se

- A findar a perseguição sem que o acusado seja alcançado.
- B estiver ausente ou impedido escrivão que lavre o auto de prisão.
- C transcorrer o prazo de vinte e quatro horas após a prática do ato criminoso.
- D inexisterem testemunhas da infração.
- E recorrer-se o acusado a assinar o auto de prisão.

QUESTÃO 45

No decurso do inquérito policial, o delegado prescinde de intervenção do Ministério Público ou de autorização judicial para

- A celebrar acordo de colaboração premiada com investigado.
- B utilizar meios coercitivos para obter a confissão do investigado.
- C proceder à reconstituição dos fatos objeto das investigações.
- D determinar a prisão preventiva de investigado.
- E realizar interceptação telefônica envolvendo investigado.

QUESTÃO 46

Em se tratando de ação penal, conceitua-se denúncia como

- A instrumento jurídico pelo qual o ofendido ou qualquer outra pessoa dá publicidade a um ato criminoso, com vistas à instauração de investigação na qual se apure a autoria do ato.
- B ato em que o ofendido recorre ao Poder Judiciário para requerer a punição do autor de um ato criminoso.
- C instrumento processual pelo qual o Ministério Público invoca a jurisdição penal para imputar a acusado de crime de ação pública a prática dessa conduta criminosa.
- D instrumento jurídico pelo qual o cidadão comunica ao Poder Judiciário a prática de um ato criminoso, para que se proceda às investigações.
- E ato de se comunicar a prática de uma conduta criminosa à autoridade policial, para a instauração de inquérito policial para apurar a materialidade do ato e sua autoria.

QUESTÃO 47

Em uma ação penal de iniciativa privada subsidiária da iniciativa pública, o querelante deixou de comparecer, sem motivo justificado, a um ato processual no qual sua presença era indispensável.

Nessa situação hipotética, a providência processual cabível é

- A ordenar a intimação pessoal do querelante para que ele manifeste interesse em prosseguir com a ação penal.
- B prosseguir com a ação penal e abrir vista às partes para apresentarem alegações finais.
- C declarar extinta a punibilidade e extinguir a ação penal.
- D determinar a intimação do Ministério Público para assumir a titularidade da ação penal.
- E suspender o curso da ação penal e aguardar o pronunciamento do querelante.

QUESTÃO 48

O julgamento de crime de roubo seguido de morte praticado por pessoa sem foro privilegiado contra órgão público federal é da competência do

- A Supremo Tribunal Federal.
- B tribunal do júri da justiça estadual.
- C tribunal do júri da justiça federal.
- D juiz singular da justiça federal.
- E Superior Tribunal de Justiça.

QUESTÃO 49

No processo penal, a assistência é admissível em ação penal

- A privada propriamente dita.
- B pública condicionada ou incondicionada.
- C privada personalíssima.
- D processada mediante queixa crime.
- E privada subsidiária da pública.

QUESTÃO 50

Com relação ao *habeas corpus*, julgue os itens a seguir.

- I O juiz pode conceder *habeas corpus* independentemente de requerimento do acusado.
- II É vedado ao Ministério Público requisitar *habeas corpus* em favor de acusado.
- III É permitido ao filho do paciente impetrar *habeas corpus* em favor de seu pai.
- IV O *habeas corpus* pode ser requerido antes da privação da liberdade do paciente.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D I, III e IV.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 51

A respeito do processo e julgamento dos crimes de responsabilidade de funcionários públicos — denominados de crimes funcionais —, julgue os itens a seguir.

- I O procedimento comum é aplicável a crimes funcionais afiançáveis.
- II Processo relativo a crime funcional é ação de competência originária dos tribunais.
- III Denúncia de crime funcional poderá ser rejeitada pelo juízo antes de o acusado apresentar sua defesa prévia.
- IV O acusado de crime funcional pode apresentar, como matéria de defesa de mérito, causas como negativa de autoria, excludente de ilicitude e extinção da punibilidade.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D III e IV.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 52

Com relação à competência do juízo da execução penal, julgue os itens a seguir.

- I Nas comarcas onde inexistirem varas especializadas de execução criminal, a função de execução da pena será exercida pelo próprio juiz que proferir a sentença no processo de conhecimento.
- II A execução da pena de condenado pela justiça federal que se encontre recolhido em estabelecimento prisional sujeito à jurisdição estadual será presidida pelo juízo federal da localidade em que se situa o referido estabelecimento.
- III Compete ao juízo da execução penal aplicar aos casos já decididos por sentença condenatória transitada em julgado lei posterior que, de qualquer modo, favoreça o condenado.
- IV Pena de multa imposta em processo criminal será executada pelo Ministério Público perante o juízo competente da execução penal.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D III e IV.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 53

Acerca dos regimes de cumprimento de pena privativa de liberdade e do sistema de progressão de regime, assinale a opção correta.

- A Condenado que cometa falta grave no curso do cumprimento da pena em regime fechado deverá cumprir mais um sexto do cômputo total da pena para que seja possível a progressão de regime.
- B Caso a condenação seja por mais de um crime, a determinação do regime de cumprimento de pena será feita pelo resultado da soma ou unificação das penas, observada, se necessário, a detração ou a remição.
- C Condenado reincidente em crime hediondo terá direito à progressão de regime após o cumprimento de dois terços da pena a ele imposta.
- D Em se tratando de progressão do regime, a elaboração de exame criminológico é obrigatória.
- E Condenado que cumpra pena no regime fechado poderá progredir diretamente para o regime aberto se já tiver cumprido tempo de pena suficiente no regime fechado.

QUESTÃO 54

A proporção de cinco presos por agente penitenciário deve ser obedecida em estabelecimentos prisionais destinados

- A a presos em regime fechado e a presos provisórios.
- B a presos em regime fechado apenas.
- C a presos em regime fechado e a presos em regime semiaberto.
- D a presos em regime fechado e nos hospitais de custódia e de tratamento psiquiátrico.
- E a presos em regime aberto e nos estabelecimentos para cumprimento de pena de limitação de fim de semana.

QUESTÃO 55

Caracteriza motivo que justifica a transferência de preso para estabelecimento penal de segurança máxima

- A a condição de réu delator premiado em processo com tramitação na justiça federal.
- B a condição de membro de quadrilha ou bando envolvido na prática reiterada de crime de concussão.
- C a colaboração, mesmo que indireta, em organização criminosa.
- D a prática reiterada de crimes com violência ou grave ameaça a pessoa.
- E a prática de crime que coloque em risco a sua integridade física no ambiente prisional de origem.

QUESTÃO 56

De acordo com a Resolução n.º 5, de 28 de agosto de 2014, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, constitui procedimento legal de controle para ingresso em locais de privação de liberdade

- A** o desnudamento total do visitante, desde que devidamente consentido, se as circunstâncias do procedimento justificarem sua adoção.
- B** a revista pessoal mediante uso de equipamentos eletrônicos detectores de metais, aparelhos de raios X, *scanner* corporal ou, excepcionalmente, de forma manual.
- C** a revista com a utilização de cães ou animais farejadores, desde que treinados para esse fim.
- D** a revista íntima manual por servidor do mesmo sexo do visitante e em sala apropriada para tal fim, caso haja fundada suspeita.
- E** a revista pessoal em crianças e adolescentes realizada sem o acompanhamento de responsável, desde que precedida de sua expressa autorização.

QUESTÃO 57

Conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os direitos humanos são

- A** revogáveis.
- B** absolutos.
- C** renunciáveis.
- D** imprescritíveis.
- E** individuais.

QUESTÃO 58

Quanto a faltas disciplinares, julgue os itens a seguir.

- I A autoridade administrativa deverá comunicar ao juiz da execução a punição pelo cometimento de faltas leves, médias e graves.
- II Tentada ou consumada, a conduta ensejadora de falta disciplinar grave será punida com a mesma sanção, sem abrandamento.
- III O Regime Disciplinar Diferenciado é modalidade de sanção disciplinar aplicável ao preso condenado, mas não ao preso provisório.
- IV O rol de sanções disciplinares previsto na Lei de Execução Penal é taxativo e inextensivo.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e III.
- D** II e IV.
- E** III e IV.

QUESTÃO 59

As Regras Mínimas da ONU para o Tratamento de Reclusos recomendam que

- A** o preso provisório tenha o mesmo tratamento dado aos condenados, no que tange a alimentação, alojamento e vestuário.
- B** empresas privadas administrem indústrias e granjas penitenciárias, a fim de se assegurarem métodos de trabalho assemelhados ao exercido fora de estabelecimento penal.
- C** o vestuário pessoal do preso condenado seja mantido como regra, para que sua individualidade seja preservada.
- D** o total da remuneração recebida pelo preso em razão de trabalho desempenhado seja reservada em poupança e entregue a ele depois de cumprida a pena.
- E** os presos sejam separados por diferentes categorias, consideradas, entre outras, as razões da detenção.

QUESTÃO 60

Incumbe ao Conselho Penitenciário emitir parecer acerca de

- A** comutação de pena e indulto, salvo indulto humanitário.
- B** permissão de saídas temporárias.
- C** concessão de livramento condicional.
- D** progressão e regressão de regime.
- E** trabalho externo.

Espaço livre